

**HABEAS CORPUS Nº 492.867 - SP (2019/0039466-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : ROSANA CRISTINA BROGNA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : JACIMARY OLIVEIRA - SP261649  
ROSANA CRISTINA BROGNA - SP337698  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DENIS HENRIQUE VALVERDE (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de DENIS HENRIQUE VALVERDE, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do Habeas Corpus n. 2263953-90.2018.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no artigo 155, § 4º, inciso III, c/c o artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante, em breve síntese, a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Aponta que "*não há indícios de autoria contra o ora Paciente, sequer há prova da existência de crime, posto que até o presente termo não foram juntados exames periciais no veículo subtraído, não havendo nem como comprovar a qualificadora do delito analisado*" (e-STJ fl. 10).

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, permitindo-o responder em liberdade a ação penal, cumulada ou não com a fiança.

Pugna, ainda, pelo trancamento da ação penal em face da atipicidade da conduta ou, subsidiariamente, seja desconsiderada a qualificadora referente a chave falsa.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 24-25)

*"Com relação ao paciente, no caso dos autos, verifica-se que foi preso em flagrante delito no dia 28/11/18, quando em gozo de liberdade provisória a ele confiada pelo Juízo da 3ª Vara do Foro Regional de Vila Mimosa, nos autos do processo n.º 12010/14, ciente de que deveria comparecer mensalmente em Juízo para informar e justificar suas atividades, de que estava proibido de se ausentar da Comarca durante o curso do processo, bem como que deveria recolher-se em domicílio no período noturno e nos dias de folga, conforme se apurou mediante consulta ao sistema de inteligência de informações desta C. Corte.*

*Em gozo de liberdade a ele confiada pelo Poder Judiciário, deliberou persistir na delinquência, novamente flagrado atentando contra o patrimônio alheio, circunstância esta, relativa à pessoa do paciente e extraída da empreitada criminosa, que revela ser a prisão preventiva necessária para que o paciente não torne a delinquir.*

*A reiteração de condutas criminosas demonstra a dificuldade do paciente em aceitar a ordem legal estabelecida, não hesitando em reiterar a prática delitiva, colocando em maior risco a ordem social.*

*Presentes os requisitos da prisão preventiva, insuficientes se revelam as medidas cautelares diversas da prisão."*

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

Nesse sentido:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTE. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE. REVOLVIMENTO DE PROVAS. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. GRAVIDADE DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO IMPROVIDO.*

*[...]*

*3. Na hipótese, a decisão do Magistrado de primeiro grau e o acórdão impetrado encontram-se fundamentados na garantia da ordem pública, considerando as circunstâncias do caso concreto, as quais evidenciam a periculosidade do agente e sua inclinação para a prática delitiva, notadamente a considerável quantidade e grande variedade das drogas apreendidas - 556,95 g de crack, 1,46 kg de cocaína e 79,6 g de maconha - bem como o fato de o recorrente ter cometido o crime em tela enquanto em gozo de liberdade provisória, obtida há pouco mais de dois meses, em processo que o*

*investiga por delito da Lei de Armas, justificando-se, nesse contexto, a segregação cautelar como forma de resguardar a ordem pública e de conter a reiteração delitiva.*

*4. Eventuais condições subjetivas favoráveis ao recorrente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes os requisitos autorizadores da referida segregação. Precedentes.*

*5. Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão; o contexto fático indica que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública.*

*6. Recurso ordinário improvido.*

*(RHC 103.215/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)"*

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. QUANTIDADE E DIVERSIDADE DE DROGA APREENDIDA. GARANTIA DE APLICAÇÃO DA LEI PENAL. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE.*

*1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, aos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o periculum libertatis.*

*2. No caso, a prisão preventiva está justificada, pois a decisão que a impôs fez referência à gravidade concreta da conduta imputada ao paciente, que atuou em associação criminosa ao corrêu, mantendo em depósito e guarda elevada quantidade de substâncias entorpecentes, a saber, 332 porções de cocaína, pesando 149,20g (cento quarenta e nove gramas e vinte centigramas), 699 porções de cocaína na forma de crack, com peso de 134,70g (cento e trinta e quatro gramas e setenta centigramas), além de 348 porções de maconha, pesando 795,70g (setecentos e noventa e cinco gramas e setenta centigramas) e 88 frascos de lança-perfume. 3. O Magistrado de piso justificou a custódia, ainda, na reiteração delitiva do ora paciente, que estava em gozo de liberdade provisória, concedida em idêntico delito, quando do cometimento dos crimes em análise.*

*4. 'A jurisprudência desta Corte de Justiça é firme ao asseverar que a existência de inquéritos, ações penais em curso ou condenações definitivas denotam o risco de reiteração delitiva e, assim, constituem também fundamentação idônea a justificar a segregação cautelar' (RHC n. 76.929/MG, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 29/11/2016).*

*5. Os fundamentos adotados para a decretação da prisão preventiva indicam, no caso, que as medidas alternativas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novos crimes.*

*6. Ordem denegada.*

*(HC 462.651/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 30/10/2018)"*

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar

confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.*

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.*

*2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.*

*3. Agravo interno não conhecido.*

*(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)*

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular, que deverão trazer aos autos notícias atualizadas acerca da situação prisional do paciente e demais elementos necessários ao deslinde da questão e, se houver, senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Jorge Mussi  
Relator